Introdução

No estudo de qualquer problema da história universal, um filho da moderna civilização européia sempre estará sujeito à indagação de qual a combinação de fatôres a que se pode atribuir o fato de na Civilização Ocidental, e sòmente na Civilização Ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento *universal* em seu valor e significado.

Apenas no Ocidente existe a "ciência" num estágio de desenvolvimento que atualmente reconhecemos como "válido". Os conhecimentos empíricos, as reflexões sôbre os problemas do mundo e da vida, a sabedoria filosófica e a teológica do tipo mais profundo não lhe são confinados — se bem que no caso da última, o pleno desenvolvimento de uma teologia sistemática deva ser atribuído ao cristianismo sob a influência do helenismo, uma vez que dela apenas existiam fragmentos no Islão e em algumas poucas seitas hindus. Conhecimento e observação de grande acuidade existiram também em outras civilizações, principalmente na Índia, na China, na Babilônia e no Egito. Mas, à astronomia babilônica e às outras faltava — o que torna mais espantoso o seu desenvolvimento — a fundamentação matemática que lhe foi dada pela primeira vez pelos gregos. À geometria da Índia faltava a prova racional; foi êste outro produto do intelecto grego, que também foi o criador da mecânica e da física. As ciências naturais indianas se bem que, desenvolvidas na observação, careciam do método experimental, que foi, exceto nos seus primórdios na antiguidade, essencialmente um produto do Renascimento, assim como o foi o moderno laboratório, sem o qual a medicina, especialmente a indiana, altamente desenvolvida em seu aspecto técnico-empírico, era desprovida de fundamentos biológicos, e especialmente de fundamentos bioquímicos. Uma química racional tem estado ausente de tôdas as culturas que não a ocidental.

À altamente desenvolvida historiografia chinesa faltava o método de Tucídides. Maquiavel teve precursores na Índia. Mas, em tôdas as teorias políticas asiáticas faltava um método

sistemático comparável ao de Aristóteles, e inexistia qualquer conceito racional. Para um Direito racional, apesar das antecipações na Índia (Escola de Mimamsa), das extensas codificações, especialmente no Oriente Próximo, e de tôdas coletâneas de leis indianas e de outras, faltava o que é essencial a uma jurisprudência racional: o rígido esquema jurídico de pensamento dos romanos e do Direito ocidental por êle influenciado. Uma estrutura como a do cânone jurídico só é conhecida no Ocidente.

O mesmo ocorre com a Arte. O ouvido musical era, aparentemente, até mais desenvolvido em outros povos do que atualmente entre nós: certamente não o era menos. Os diversos tipos de polifonia tiveram ampla divulgação em todo o mundo; a conjugação de uma pluralidade de instrumentos e a vocalização de partes da polifonia existiram em outras civilizações. Todos os nossos intervalos de sons eram conhecidos e calculados por elas. Mas, música racional — tanto o contraponto como a harmonia —, a formação da sonoridade na base de três tríades com o terceiro harmônio; nossa cromática e enarmônica interpretadas não em têrmos de espaço, mas, desde o Renascimento, de harmonia; nossa orquestra com seu quarteto de cordas como núcleo e com a organização do conjunto de instrumentos de sôpro; nosso acompanhamento de graves; nosso sistema de notação (que possibilitou inicialmente a Composição e o uso de nossos instrumentos, e depois sua própria sobrevivência); nossas sonatas, sinfonias, óperas e os instrumentos básicos que lhes servem de meio de expressão: o órgão, o piano, o violino só existiram no Ocidente, se bem que a música figurativa, a poesia tonal, a alteração de tons e a dissonância tenham existido como meios de expressão em várias tradições musicais.

A ogiva foi usada como meio de decoração também na antiguidade e na Ásia; presumìvelmente, tampouco a combinação da ogiva com a abóbada em cruz era desconhecida no Oriente. Contudo, o uso racional da abóbada gótica como meio de distribuição de pêso e de cobertura de espaços na forma desejada e, antes de mais nada, como princípio construtivo de edifícios monumentais e formação de um "estilo" que abrangesse também a escultura e a pintura, como o foi o criado na Idade Média, não ocorreu em nenhuma outra parte, se bem que do Oriente proviessem os fundamentos

técnicos de nossa Arquitetura. Inexistiu, da mesma forma, o solucionamento do problema da cúpula e o tipo de racionalização clássica das artes — introduzido na pintura pela utilização racional de linhas e da perspectiva espacial — que o Renascimento nos legou. Os produtos das artes gráficas já eram conhecidos na China. Mas uma literatura impressa, destinada *apenas* à impressão e apenas possibilitada por ela, principalmente a imprensa jornalística e periódica, sòmente surgiram no Ocidente.

Escolas superiores, de tôdas as espécies, inclusive algumas superficialmente semelhantes às nossas Universidades ou, pelo menos, às nossas Academias, existiram alhures (China, Islão). Mas, um tratamento racional, sistemático e especializado da ciência por especialistas treinados, em um sentido que se aproximasse de seu atual papel de dominância na cultura contemporânea, não existiu senão no Ocidente. Isto é verdade, principalmente, no que se refere ao funcionário especializado, base do Estado Moderno e da moderna economia ocidental. Dêle só se encontraram sugestões, que em parte alguma e em nenhum sentido foram tão essenciais à ordem social como êle o é no Ocidente. Naturalmente o "funcionário", mesmo o especializado, é figura muito antiga nas mais diversas culturas. Mas, país e tempo algum experimentaram jamais, no mesmo sentido que o moderno Ocidente, a absoluta e completa dependência de tôda a sua existência, das condições políticas, técnicas e econômicas de sua vida, de uma organização de funcionários especialmente treinados, funcionários técnica, comercial e, acima de tudo, jurìdicamente treinados, detentores das mais importantes funções cotidianas na vida social.

A organização estamental das associações políticas e sociais era largamente disseminada. Mas, mesmo o Estado estamental* "rex et regnum" só foi conhecido, no sentido ocidental, pelo Ocidente. Parlamentos de "representantes do povo" eleitos periòdicamente, e a liderança de demagogos e chefes partidários constituídos em "ministros" responsáveis perante o Parlamento, só foram totalmente estabelecidos pelo Ocidente, se bem que, naturalmente, sempre tivessem havido "partidos",

* No original, *Standestaat*, forma assumida pelo regime feudal em sua transição para a monarquia absoluta.

no sentido de organizações para a tomada e orientação do poder político. O próprio "Estado", tomado como entidade política, com uma "Constituição" racionalmente redigida, um Direito racionalmente ordenado, e uma administração orientada por regras racionais, as leis, administrado por funcionários especializados, é conhecido, nessa combinação de características, sòmente no Ocidente, apesar de tôdas as outras que dêle se aproximaram.

O mesmo ocorre com a fôrça mais significativa de nossa vida moderna: o Capitalismo.

O "impulso para o ganho", a "ânsia do lucro", de lucro monetário, de lucro monetário o mais alto possível, não tem nada a ver em si com o capitalismo. Êsse impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, ladrões, cruzados, jogadores e mendigos — ou seja em tôda espécie e condições de pessoas*, em tôdas as épocas de todos os países da Terra, onde quer que, de alguma forma, se apresentou, ou se apresenta, uma possibilidade objetiva para isso.

A superação dessa noção ingênua de capitalismo pertence ao ensino do jardim de infância da História da Cultura. O desejo de ganho ilimitado não se identifica nem um pouco com o capitalismo, e muito menos com o "espírito" do capitalismo. O capitalismo pode até identificar-se com uma restrição, ou, pelo menos, com uma moderação racional dêsse impulso irracional. De qualquer forma, porém, o capitalismo, na organização capitalista permanente e racional, equivale à procura do lucro, de um lucro sempre renovado, da "rentabilidade". Só pode ser assim. Dentro de uma ordem econômica totalmente capitalística, uma emprêsa individual que não se orientasse por êsse princípio, estaria condenada a desaparecer.

Definamos agora os nossos têrmos de uma maneira mais precisa do que geralmente ocorre. Chamaremos de ação econômica "capitalista" aquela que se basear na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. Em última análise, a apropriação (formal e atual) do lucro segue os seus preceitos específicos, e, (conquanto não se possa proibi-lo) não convém colocá-la na mesma categoria da ação orientada para a possibilidade de benefício na troca.[1] Onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racionalmente calculada em têrmos de capital. Isto significa que ela se adapta a uma utilização planejada de recursos materiais ou pessoais, como meio de aquisição, de tal forma que, ao término de um período econômico, o balanço da emprêsa em têrmos monetários (ou, no caso de uma emprêsa permanente, a estimação periódica dos bens financeiramente alienáveis) exceda o capital (cada vez mais, no caso da emprêsa permanente), isto é, o valor estimado dos meios materiais de produção utilizados para a aquisição na troca. Isto vale tanto para a quantidade de mercadorias confiadas "in natura" a um caixeiro viajante, cujos proventos poderão ser outras mercadorias "in natura", como para uma emprêsa industrial, cujos componentes envolvem imóveis, máquinas, disponibilidade em dinheiro, matéria prima, produtos acabados e semi-acabados, tôdos contrapostos a débitos. Nisto reside o importante, no cálculo do capital em dinheiro, seja através de modernos meios contabilísticos, seja através de qualquer outro meio, por mais primitivo e superficial que êle seja. Tudo é feito em têrmos de balanço: a previsão inicial no comêço da emprêsa, ou antes de qualquer decisão individual; o balanço final para verificação do lucro obtido. Por exemplo, a previsão inicial de uma transação por *comenda** pode ser a constatação do valor monetário dos bens transacionados — enquanto êsses não assumirem forma monetária —, e, o seu balanço final pode equivaler a uma distribuição do lucro ou das perdas ao término da operação. Na medida em que as operações são racionais, tôda ação individual das partes é baseada em cálculo. A inexistência de um cálculo realmente apurado, o fato de o procedimento ser pura adivinhação, ou simples tradição e convenção, ocorre ainda hoje em tôda forma de emprêsa capitalista em que as circunstâncias

* Em inglês no original: *all sorts and conditions of men*.

* *Kommenda*, no original. Forma de emprêsa ocasional, antecessora da emprêsa permanente de comércio; espécie de representação de compra e venda, surgida por volta do século X, em Veneza. (cf. Max Weber: *História Econômica General*, trad. de Manuel Sanchez Sarto — México, 1956 Fondo de Cultura Economica, págs, 198-199; e também Henri Pirenne: *Historia Economica y Social de la Edad Média*, trad. de Salvador Echavarria — México, 1960 — Fondo de Cultura Economica, págs. 21 e 93).

não exijam precisão absoluta. Êsses fatos, entretanto, pouco afetam a racionalidade da aquisição capitalista.

O que importa nessa concepção é a efetiva orientação para um ajustamento dos lucros ao investimento, por mais primitiva que seja a sua forma. Neste sentido, o "Capitalismo" e emprêsas "capitalistas", inclusive com uma considerável dose da racionalização capitalística, existiram em todos os países civilizados da Terra, como podemos julgar pelos documentos econômicos. Existiram na China, na Índia, na Babilônia, no Egito, na Antiguidade Mediterrânea e na Idade Média, tanto quanto na Idade Moderna. Não eram apenas empreendimentos isolados, mas também verdadeiros sistemas, que dependiam inteiramente da constante renovação de empreendimentos capitalísticos, e até de "operações" contínuas, embora o comércio não tivesse ainda por muito tempo o caráter dos nossos empreendimentos permanentes, constituindo antes de uma série de ações individuais, que apenas foram adquirindo coerência interna (orientada para a especialização) com o advento do grande comércio. De qualquer forma, a emprêsa capitalista e o empreendimento capitalista, não só como empreendedores ocasionais, mas também como emprêsas duradouras, existiam de longa data e em tôda parte.

Agora, contudo, o Ocidente desenvolveu uma gama de significados do capitalismo, e, o que lhe dá consistência — tipos, formas e direções — que antes nunca existiram em parte alguma. Em todo o mundo tem havido comerciantes — atacadistas e varejistas, negociantes locais e viajantes, armazéns de todo tipo, bancos de funções altamente diversificadas, pelo menos comparáveis aos nossos do século XVI. Empréstimos marítimos,* *Comendas*, firmas e associações comanditárias também eram largamente disseminadas. Onde sempre existiram finanças monetárias de corporações abertas, também aparecia a figura do financiados. Na Babilônia, na Grécia na Índia, na China e em Roma, no financiamento de tôdas as guerras e piratarias, em fornecimentos e construções de tôda espécie, na política de ultramar, como empreendedor na agricultura — com escravos, ou mão de obra direta ou indiretamente escravizada — êle desempenhava o papel do administrador dos

* Espécie de seguro marítimo: "associação cooperativa para a divisão do risco". (cf. Max Weber, *op. cit.*, pág. 182).

domínios, das repartições, e, acima de tudo, dos impostos. Era o arrendatário, o financiador de chefes partidários nas eleições e dos "condottieri" na guerra civil. Era o "especulador" do lucro monetário de todos os tipos. Essa espécie de empreendedor, o aventureiro capitalista, existiu em todo o mundo. Suas atividades, exceto as de caráter comercial, creditício ou bancário, eram de caráter puramente irracional e especulativo, ou, quando muito, orientados para a apropriação pela fôrça, principalmente do botim obtido, seja na guerra, seja através da contínua exploração fiscal dos súditos.

Capitalismo de empresários isolados, de especuladores em larga escala, de colonizadores, e boa parte do capitalismo financeiro, mesmo em tempo de paz, mas principalmente na exploração das guerras, ainda possui essas características nos modernos países ocidentais, e, uma parte, apenas uma parte, do grande comércio internacional — hoje como sempre — ainda está prêso a elas.

O Ocidente, todavia, ao lado dêsse, veio a conhecer, na era moderna, um tipo completamente diverso e nunca antes encontrado de capitalismo: a organização capitalística racional assentada no trabalho livre (formalmente pelo menos). Disso apenas encontramos sugestões alhures. A própria organização do trabalho escravo só alcançou um certo grau de racionalidade nas plantações, de maneira limitada nas "ergasteria"* da Antiguidade, e, de modo ainda mais modesto, nos feudos, e oficinas artesanais ou indústrias caseiras dos senhores feudais, movimentadas por servos da gleba ou meeiros. Apenas casos isolados de trabalho livre em algumas indústrias caseiras podem ser encontrados "fora" do Ocidente. O uso, naturalmente universal, de diaristas em pouquíssimos casos levou à formação de organizações manufatureiras — especialmente a monopólios estatais, muito diferentes da moderna organização industrial — mas nunca a organizações racionais do trabalho e do aprendizado, do tipo existente em nossa Idade Média.

A organização industrial racional, orientada para um mercado real, e não para oportunidades políticas ou especula-

* No original *Ergasterien*. Palavra de origem latina, cujo significado prende-se à execução de um trabalho puramente físico e padronizado. Tratava-se de uma espécie de oficina com mão de obra escrava, não obrigatòriamente uma fábrica. (cf. Max Weber, *opus*, pág. 114).

tivas de lucro, não é, entretanto, a única criação peculiar do capitalismo ocidental. A moderna organização racional da emprêsa capitalista não teria sido viável sem a presença de dois importantes fatôres de seu desenvolvimento: a separação da emprêsa da economia doméstica, que hodiernamente domina por completo a vida econômica, e, associado de perto a êste, a criação de uma contabilidade racional. Uma separação espacial dos locais de trabalho ou venda dos de residência já existiam alhures, no bazar oriental e nas "ergasteria" de outras culturas. As atividades de associações capitalistas financeiramente independentes são encontradas no Oriente Próximo e no Extremo Oriente; existiram também na Antiguidade, mas, comparadas às modernas emprêsas mercantis, apenas constituem modestos primórdios. Antes de mais nada, porque lhes faltavam, ou nelas apenas começavam a desenvolver-se,[2] os requisitos essenciais a essa independência, do tipo da nossa contabilização racional e de nossa separação jurídica dos bens da emprêsa dos do indivíduo. A tendência geral fornecia antes a constituição de emprêsas como partes de uma casa real ou de um feudo, do "oikos", o que constitui, como já o percebeu Rodbertus, com tôda a sua semelhança superficial, um desenvolvimento fundamentalmente diverso e até oposto.

Seu significado atual, entretanto, só foi alcançado pelo capitalismo ocidental, com a sua associação à organização capitalística do trabalho. Até o que se costuma chamar de "comercialização", ou seja, o desenvolvimento dos títulos negociáveis e a racionalização da especulação, notadamente na Bôlsa de Valores, dependem dela. Com efeito, sem a organização do trabalho em moldes capitalistas, tudo isso, mesmo que fôsse possível, não teria seu atual significado. Principalmente no que diz respeito à estrutura social, e a todos os problemas contemporâneos especìficamente ocidentais que dela decorrem. O cálculo exato — base de todos os demais — só é possível no plano do trabalho livre.

E, assim como o mundo não conheceu uma organização racional do trabalho fora do moderno Ocidente, ou justamente por isso mesmo, não existiu antes nenhum socialismo racional. Existiram, é verdade, instituições como a economia cívica, a política de abastecimento coletivo, o mercantilismo e a política previdencial dos príncipes, o racionamento, a regulamentação da economia, teorias de protecionismo e "laissez-faire"

(China). Da mesma forma, conheceu o mundo um grande número de economias comunistas e socialistas: familiares, religiosas ou militares, socialismo de estado (Egito), cartéis monopolísticos e também várias espécies de organizações de consumidores. Mas, apesar de ter havido em tôda parte privilégios urbanos de mercado, corporações e tôda espécie de diferenças legais entre a cidade e o campo, o conceito de cidadão e o conceito de "burguesia" não existiram senão no moderno Ocidente. Da mesma forma, inexistia, e só poderia mesmo inexistir o "proletariado" como classe, porque inexistia o trabalho livre institucionalizado. Lutas de classe entre camadas credoras e devedoras, proprietários fundiários e gente sem terra, servos ou meeiros; interêsses comerciais e consumidores ou proprietários de terra têm existido em tôda a parte e em diversas constelações. Mas, as lutas da Idade Média ocidental, entre empresários e seus empregados, só tiveram nêles simples indícios. Inexistia por completo o atual conflito entre o empresário industrial e o operário livre. Assim, não podia haver problemas como o do moderno socialismo.

Desta forma, o que nos interessa numa história universal da cultura, mesmo do ponto de vista puramente econômico, em última análise, não é tanto o desenvolvimento da atividade capitalística como tal, diferindo nas várias culturas apenas na forma: o tipo de aventureiro, — ou o capitalismo do comércio, na guerra, na política, ou na administração como fonte de lucro. São, antes, as origens dêsse sóbrio capitalismo burguês, com sua organização racional do trabalho. Em outras palavras, do ponto de vista da história da cultura, a origem da classe burguesa ocidental e de suas peculiariedades é um problema que certamente se relaciona de perto com a origem da organização capitalística do trabalho, não sendo, entretanto, simplesmente a mesma coisa. "Burgueses" já existiam de forma permanente antes do desenvolvimento da forma específica do capitalismo ocidental. Mesmo êstes, entretanto, apenas existiam no Ocidente.

A forma peculiar do moderno capitalismo ocidental foi, à primeira vista, fortemente influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade decorre atualmente de maneira direta da calculabilidade precisa de seus fatôres técnicos mais importantes. Implica isso principalmente numa dependência da ciência ocidental, notadamente das ci-

ências matemáticas e das experimentalmente exatas ciências da natureza. O desenvolvimento de tais ciências e das técnicas baseadas nelas, por sua vez, receberam e recebem importantes impulsos dos interêsses capitalistas ligados à sua aplicação prática na economia. As origens da ciência ocidental, entretanto, não podem ser atribuídas apenas a tais interêsses. As operações, inclusive com números decimais, e a álgebra, já existiam entre os indianos, que foram os inventores do sistema decimal, cuja utilização só seria desenvolvida pelo capitalismo ocidental, pois na Índia inexistiam a moderna aritmética e contabilidade. A origem da matemática e da mecânica tampouco está nos interêsses capitalistas. Mas, a utilização *técnica* dos conhecimentos científicos, tão importantes para as condições de vida das nosssas massas, foi certamente encorajada por considerações econômicas, que justamente se assentavam nela no Ocidente. Êsse encorajamento decorria, entretanto, das peculiaridades da organização social do Ocidente. Deve-se então perguntar de que parte dessa organização, já que tôdas não podem ter sido igualmente importantes neste sentido.

Entre os fatôres de importância incontestável, encontram-se as estruturas racionais do direito e da administração. Isto porque o moderno capitalismo racional baseia-se, não só nos meios técnicos de produção, como num determinado sistema legal* e numa administração orientada por regras formais. Sem esta, seriam viáveis o capitalismo mercantil aventuroso e especulativo, e ainda tôda espécie de capitalismos pòlìticamente determinados, mas não o seria emprêsa racional alguma sob iniciativa particular, com capital fixo e baseada num cálculo seguro. Êsse tipo de direito e de administração foram válidos para a atividade econômica, em grau de relativa perfeição, sòmente no Ocidente. Deve-se perguntar agora onde é que se originou êsse Direito. Entre outras circunstâncias, como se percebe por qualquer pesquisa, interêsses capitalistas contribuíram para abrir caminho à predominância do direito e à administração de uma classe de juristas especialmente treinados na legislação racional, não sendo entretanto os únicos, e nem sequer os principais. Fôrças inteiramente diversas também atuaram no seu desenvovimento. Se não, por que não fizeram o mesmo os interêsses capitalistas na China ou na Índia? Por que lá não alcançou o desenvolvimento científico, artístico, político ou econômico, o mesmo grau de racionalização que é peculiar ao Ocidente?

* No original *berechenbaren Recht*, cuja tradução literal é "direito calculável".

Porque em todos os casos citados, trata-se do "racionalismo" específio e peculiar da cultura ocidental. Ora, sob essa denominação, pode-se entender coisas muito diferentes, como repetidamente se verá pela subseqüente discussão. Há, por exemplo, as racionalizações da contemplação mística, ou seja, num contexto que, considerado sob outras perspectivas, é especìficamente irracional, da mesma forma que há racionalizações da Sociedade, da técnica, do trabalho científico, da educação, da guerra, do direito e da administração. Cada um dêsses campos pode, além disso, ser "racionalizado" segundo fins e valores últimos muito diferentes, e, o que de um ponto vista fôr racional, poderá ser irracional do outro. Racionalizações têm existido em tôdas as culturas, nos mais diversos setores e dos tipos mais diferentes. Para caracterizar sua diferença do ponto de vista da história da cultura, deve-se ver primeiro em que esfera e direção elas ocorreram. Por isso, surge novamente o problema de reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental, e, dentro dêste moderno racionalismo ocidental, o de esclarecer a sua origem.

Cada uma dessas tentativas, tendo em conta a importância fundamental da economia, deverá, antes de mais nada, analisar as condições econômicas. Ao mesmo tempo, porém, não se deve omitir correlação inversa. Isto porque, o racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional. Onde elas foram obstruídas por obstáculos espirituais, o desenvolvimento de uma conduta econômica também tem encontrado uma séria resistência interna. Ora, as fôrças mágicas e religiosas, e os ideais éticos de dever dêles decorrentes, sempre estiveram no passado entre os mais importantes elementos formativos da conduta. É com elas que se ocupam os estudos aqui reunidos e ordenados.*

* Trata-se dos "Ensaios Reunidos de Sociologia Religiosa" (*Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*), dos quais o presente trabalho é apenas o primeiro do primeiro volume, dos três que compõem a obra.

Foram inicialmente arrolados dois ensaios* que tentam, num ponto importante, abordar o lado do problema que geralmente é o mais difícil de ser apanhado: a relatividade da formação de uma "mentalidade econômica", de *ethos* de um sistema econômico. No caso, trata-se do exemplo das relações entre o moderno ethos econômico e a ética racional do protestantismo ascético. Aqui só se estuda, portanto, um lado da relação causal. Os trabalhos subseqüentes, sôbre a Ética Econômica das Religiões Mundiais, tentam, através de uma observação geral das relações entre as mais importantes religiões culturais com a economia e a estrutura social de seu contexto, destacar as duas relações causais, até onde fôr necessário para achar pontos de comparação com o subseqüente desenvolvimento ocidental. Apenas assim é que se pode tentar uma avaliação causal daqueles elementos da ética econômica das religiões ocidentais que as diferenciam das outras, com alguma esperança de atingir, pelo menos, um tolerável grau de aproximação. Êsses estudos, portanto, não pretendem ser análises completas de culturas, mesmo que breves. Pelo contrário, êles procuram destacar propositadamente em cada cultura aquêles aspectos nos quais diteria e difere da civilização ocidental. Orientam-se, pois, definitivamente para os problemas que parecem importantes para a compreensão da cultura ocidental, *dêste* ponto de vista. Tendo em vista êsse objetivo, não parecia possível qualquer outro procedimento. Mas, para evitar mal-entendidos, deve-se dar uma ênfase especial à limitação do citado objetivo.

Os não-iniciados devem ainda ser alertados contra a superestimação do significado dessas investigações. Naturalmente, o sinólogo, indólogo, semista ou egiptólogo, nada encontrarão de nôvo nêles. Seria de se desejar apenas que nada encontrem de definitivamente errado nos pontos essenciais. Não sabe o autor até onde foi possível a um não-especialista chegar, pelo menos, perto dêsse ideal. Parece bastante evidente

* O segundo intitula-se "As Seitas Protestantes e o Espírito do Capitalismo" (*Die Protestantischen Sekten und der Geist des Kapitalismus*), págs. 207-236 da edição alemã em que se baseia a presente tradução. Dêle já existe uma tradução para o inglês de H. H. Gerth e C. Wright Mills, nos ensaios de Max Weber por êles editados (*From Max Weber: Essays in Sociology* — Nova York, 1958, Oxford University Press "Galaxy Book", págs. 302-322). Essa antologia contém ainda outros trabalhos da sociologia religiosa de Max Weber.

que qualquer um que seja obrigado a basear-se em traduções, e, ainda mais, no uso e avaliação de fontes monumentais, documentárias ou literárias, tem de valer-se de uma literatura especializada muitas muitas vêzes altamente controvertida, e cujos méritos é incapaz de julgar acuradamente, tenha todos os motivos para achar muito modesto o valor de seu trabalho. Quanto mais, porque o número de traduções disponíveis de "fontes" verdadeiras (ou seja, de inscrições e documentos) ainda seja em parte muito pequeno (principalmente para a China) em comparação com o que existe de importante. Deduz-se de tudo isso o caráter perfeitamente provisório dêsses trabalhos, principalmente as partes referentes à Ásia.[3] Sòmente o especialista está habilitado a um julgamento definitivo. E, naturalmente, êles foram escritos apenas porque não foram feitos ainda trabalhos especializados com essa finalidade específica e sob essa perspectiva particular. Êles estão destinados à superação num sentido muito mais importante do que, se fôsse o caso, o de qualquer trabalho científico. Uma superação dêsse tipo não pode ser evitada em outros campos de estudo comparativo, por um trabalho dêsse tipo, por mais escrupuloso que êle seja. Mas, disso se devem retirar as conseqüências de uma resignação a consideráveis dúvidas com relação ao vulto do êxito obtido.

A moda ou o zêlo dos literatos nos faz atualmente dispensar o especialista, ou relegá-lo à categoria subalterna de simples "observador".* Quase tôdas as ciências devem algo aos diletantes, muitas vêzes até pontos de vista de grande valor. O diletantismo como princípio, todavia, seria o fim da ciência. Quem quiser "ver" pode ir ao cinema, embora atualmente o mesmo lhe seja oferecido em massa também, no presente campo de investigações, sob a forma literária.[4] Nada está mais longe do propósito empírico dêsses sóbrios estudos do que esta atitude. E — tenho de acrescentar — quem quiser um "sermão", que vá ao convento. A questão do valor relativo das culturas aqui tratadas não é abordada por palavra alguma. É verdade que a corrente dos destinos humanos só pode comover a quem lhe observa um segmento. Mas é bom que se guarde para si mesmo os seus pequenos comentários, assim como se faz à vista do mar ou das montanhas majestosas, a

* No original *schauenden*.

menos que se ache chamado e capacitado a lhes dar expressão sob forma artística ou profética. Na maioria dos demais casos, a volumosa discussão sôbre a intuição nada mais faz do que ocultar uma falta de perspectiva para com o objeto, que merece o mesmo julgamento do que a idêntica falta de perspectiva para com o Homem.

Deve-se justificar o fato de não ter sido utilizado material etnográfico numa extensão comparável com o valor de sua contribuição em qualquer investigação mais profunda, principalmente no campo das religiões asiáticas. Essa limitação não foi apenas imposta pela finitude da fôrças humana de trabalho. Ela pareceu permissível porque obrigatòriamente se vai tratar da ética religiosa das classes que foram as "portadoras" da cultura de seus respectivos países, da influência exercida pela conduta delas. É verdade que também essas podem apenas ser completamente conhecidas em todos os seus pormenores, quando confrontados com os dados da etnografia e do folclore. Deve-se admitir, portanto, enfàtica e expressamente, que há aqui uma falha, que deverá ser objetada, de pleno direito, pelo etnógrafo. Espero contribuir de certa forma para a sua superação num estudo sistemático da Sociologia da Religião. Uma tentativa dessa espécie teria ultrapassado os limites desta investigação e das suas circunscritas finalidades. Ela teve de contentar-se com a tentativa de, na medida do possível, trazer à superfície os pontos de comparação com as nossas religiões ocidentais.

Finalmente, cabe uma referência ao aspecto antropológico do problema. Quando repetidamente declaramos — mesmo em setores de vida aparentemente independentes entre si — que determinados tipos de racionalização se desenvolveram no Ocidente, e apenas no Ocidente, seria natural suspeitar que a razão fundamental esteja em diferenças de hereditariedade. O autor reconhece estar pessoal e sujetivamente inclinado a admitir que é muito grande a importância da hereditariedade biológica. Mas, apesar dos notáveis resultados da pesquisa antropológica, não vejo até o presente qualquer possibilidade de medir exatamente, ou mesmo aproximadamente, a extensão, ou — antes de mais nada — a forma de sua influência no desenvolvimento aqui investigado. Deve ser justamente uma das tarefas do trabalho histórico e sociológico a análise primeira de tôdas as influências e relações causais que possam ser satis-

fatòriamente explicadas em têrmos de reações às condições ambientais. Sòmente então, quando a neurologia e a psicologia racial comparada tiverem progredido para além de seu estágio presente, e, sob muitos aspectos, promissor início, é que se poderá esperar por uma probabilidade de resposta satisfatória a êsse problema.[5] Por enquanto essa pressuposição me parece inexistente: um apêlo à hereditariedade envolveria por isso uma desistência prematura da possibilidade do conhecimento agora atingível, e encaminharia o problema para fatôres ainda desconhecidos no presente.

I PARTE

O PROBLEMA

CAPÍTULO I

Filiação Religiosa e Estratificação Social[1]

Qualquer observação da estatística ocupacional de um país de composição religiosa mista traz à luz, com notável freqüência,[2] um fenômeno que já tem provocado repetidas discussões na imprensa e literatura católicas[3] e em congressos católicos na Alemanha: o fato de os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital, assim como dos níveis mais altos da mão-de-obra qualificada, principalmente o pessoal tècnica e comercialmente especializado das modernas emprêsas, serem preponderantemente protestantes.[4] Isso não ocorre apenas quando a diferença de religião coincide com uma de nacionalidade, e, em conseqüência, com uma de desenvolvimento cultural, como é o caso dos alemães e dos poloneses da Alemanha Oriental.* Dêle se encontram manifestações nas estatísticas de filiação religiosa de qualquer parte em que o Capitalismo, na época de sua grande expansão, teve a possibilidade de alterar a distribuição social da população de acôrdo com as suas necessidades, e de lhe determinar sua estrutura ocupacional. Quanto maior a sua liberdade de ação, tanto maior a clareza do efeito apontado. É verdade que a maior participação relativa dos protestantes na propriedade do capital,[5] na direção e na hierarquia superior do trabalho nas grandes e modernas emprêsas comerciais e industriais,[6] pode em parte ser explicada por fatôres históricos,[7] que se estendem a um passado longínquo, e, no qual a filiação religiosa não é uma causa das condições econômicas, mas, em certa extensão, aparece como resultante delas. A participação de tais funções

* Nas regiões que, desde a última guerra mundial, estão incorporadas ao território polonês.

econômicas usualmente envolve, em parte, alguma posse prévia de capital, em parte, uma educação dispendiosa, e, na maioria das vêzes, ambas, que hoje em dia dependem largamente da posse de uma riqueza herdada, ou pelo menos de um certo grau de bem-estar material. Justamente uma parte daqueles domínios do antigo império, os mais desenvolvidos econômicamente e os mais favorecidos pelos recursos e pela situação natural, principalmente as mais ricas cidades, é que aderiram ao protestantismo no século XVI. Os resultados dessa circunstância até hoje favorecem os protestantes na sua luta pela sobrevivência econômica. Surge, em conseqüência, a seguinte interrogação histórica: por que razão as regiões de maior desenvolvimento econômico foram, ao mesmo tempo, particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja? A resposta a ela não é tão simples como se poderia pensar.

A emancipação do tradicionalismo econômico aparece indubitàvelmente como um fator de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa, e de tôdas as autoridades tradicionais. É necessário notar, todavia, algo que muitas vêzes tem sido esquecido, o fato de a Reforma não ter implicado na eliminação do contrôle da Igreja sôbre a vida cotidiana, mas antes na substituição do contrôle vigente por uma nova forma. Equivaleu, isto sim, ao repúdio de um contrôle que era muito tênue na época, dificilmente perceptível na prática, porque pouco mais do que formal, em favor de uma regulamentação de tôda a conduta, que, penetrando em todos os setores da vida pública e privada, era infinitamente mais importuna e levada a sério. O domínio da Igreja Católica, "punindo o herege, mas perdoando o pecador", (no passado, ainda mais do que agora), é atualmente tolerado por povos de caráter econômico inteiramente moderno, e nasceu entre as mais ricas, e, econômicamente mais avançadas, nações da Terra, por volta do século XV. O domínio do Calvinismo, como o introduzido no século XVI em Genebra e na Escócia, na passagem do século XVI para o século XVII em grande parte dos Países Baixos, no século XVII na Nova Inglaterra, e, por algum tempo, na própria Inglaterra, seria, por sua vez, a forma mais insuportável de contrôle eclesiástico do indivíduo que até então já pôde existir. Justamente dessa forma é que foi sentido por largas camadas do velho patriciado daquela época, tanto em Genebra, como na Holanda e na Inglaterra.

Da mesma forma, os reformadores dêsses países, de alto nível de desenvolvimento econômico, queixavam-se, não de demasiado contrôle da vida cotidiana por parte da Igreja, mas da falta de contrôle. Como seu deu então que, naquele tempo, os países mais avançados econômicamente, e, dentro dêles, as classes médias "burguesas", não sòmente falharam na resistência a essa tirania inédita do Puritanismo, como ainda a defenderam heròicamente, de uma maneira raramente vista antes, e nunca depois manifestada, a tal ponto que Carlyle a cognominou, não sem razão, de *"the last of our heroisms"*?*

Mas, há além disso algo de muito importante: pode ser — como se tem dito — que a maior participação dos protestantes nas posições de proprietário e gerente na moderna vida econômica seja atualmente encarada, em parte pelo menos, como simples resultado da maior riqueza material por êles herdada. Ao mesmo tempo, contudo, há certos outros fenômenos, cuja relação de causalidade não pode ser interpretada da mesma maneira. Pertence a êsses fenômenos, apenas para citar alguns casos, a grande diferença — perceptível em Baden, na Bavária e na Hungria — entre o tipo de ensino superior propiciado por católicos e protestantes a seus respectivos filhos. O fato de a percentagem de católicos entre os estudantes e os formados nos institutos de ensino superior ser geralmente inferior à proporção vigente na população total[8] pode ser largamente explicado em têrmos de diferenças herdadas de riqueza. Mas, que também entre os próprios formados católicos, a percentagem dos oriundos de institutos "modernos",** especialmente dos de preparo para estudos técnicos e ocupações comerciais e industriais, e, em geral, para a vida comercial da classe média — liceus e escolas "reais",*** escolas municipais etc. — seja muito inferior à dos protestantes,[9] enquanto a preferência dos católicos esteja orientada para

* O último dos nossos heroísmos (em inglês no texto original).

** Modernos para a época em que êste ensaio foi escrito. É o caso, por exemplo, dos institutos politécnicos, cuja criação, no século passado, foi determinada pela revolução industrial.

*** Palavras tôdas postas entre aspas por não haver para elas tradução exata em português. Para maiores esclarecimentos sôbre essas instituições, consulte-se, por exemplo, Lorenzo Luzuriaga: *História da Educação Pública*, trad. de L. Damasco Penna e J. B. Damasco Penna — São Paulo, 1960 — Cia. Ed. Nacional, caps. III e IV.

uma espécie de aprendizagem fornecida pelo ginásio humanístico, são fenômenos aos quais não se aplicam as explicações acima, constituindo, ao contrário, uma das razões pelas quais tão poucos católicos estejam interessados na emprêsa capitalista.

Mais patente ainda é a observação dos fatôres que em parte ajudam a explicar a pequena proporção de católicos entre os trabalhadores especializados da moderna indústria. Sabe-se que a fábrica obteve boa parte da sua mão-de-obra especializada entre os jovens artesãos; êste fato, todavia, é muito mais verdadeiro para os diaristas protestantes do que para os católicos. Isto porque, entre os diaristas, os católicos denotam maior tendência para permanecer no artesanato, tornando-se, conseqüentemente, muitas vêzes, mestres-artesãos, enquanto os protestantes são mais atraídos pelas fábricas, onde preenchem as camadas superiores da mão-de-obra especializada e as posições administrativas.[10] A explicação dêsses casos está, sem dúvida, nas peculiaridades mentais e espirituais adquiridas do meio, especialmente do tipo de edução propiciada pela atmosfera religiosa do lar e da família, que determinaram a escolha da ocupação, e, através dela, da carreira profissional.

A menor participação dos católicos na moderna vida mercantil da Alemenha é tanto mais notável, quanto contrária a uma tendência que tem sido observada em todos os tempos,[11] inclusive no presente: a tendência das minorias, nacionais ou religiosas, colocadas numa posição de subordinação para com um grupo de governantes, de se envolver com particular empenho nas atividades econômicas, através de sua voluntária, ou involuntária, exclusão das posições de influência política. Seus membros mais capazes anseiam por ver reconhecidas as suas habilidades nesse campo, embora não haja oportunidade de fazê-lo a serviço do Estado. Isso tem sido indubitàvelmente verdadeiro com os poloneses na Rússia e na Prússia Oriental, onde — ao contrário da Galícia, sua terra natal — conseguiram um desenvolvimento econômico incontestável. O mesmo ocorreu com os Huguenotes da França de Luís XIV, com os não-conformistas e Quakers da Inglaterra, e, finalmente,* com os judeus nos últimos dois mil anos. Mas, com relações aos católicos da Alemenha, nada há a notar nesse

* Em inglês no original: *last not least.*

sentido, e também no passado não tiveram êles, ao contrário dos protestantes da Holanda ou da Inglaterra, numa época em que foram perseguidos ou apenas tolerados, um desenvolvimento econômico de importância. Por outro lado, impõe-se o fato de os protestantes (especialmente em alguns de seus ramos que serão discutidos mais adiante), tanto como classe dirigentes, quanto como classe dirigida, seja como maioria, seja como minoria, terem demonstrado tendência específica para o racionalismo econômico, que não pôde ser observada entre os católicos em qualquer uma dessas situações.[12] A razão dessas diferentes atitudes deve, portanto, ser procurada no caráter intrínseco permanente de suas crenças religiosas, e não apenas em suas temporárias situações externas na história e na política.[13]

Trata-se, assim, de investigar quais os elementos dessa particularidade das religiões que obraram, e ainda atuam no sentido indicado. A partir de uma análise superficial, e na base de certas impressões cotidianas, poder-se-ia ser tentado definir a diferença da seguinte maneira: o maior "alheamento do mundo"* do catolicismo, os traços ascéticos dos seus mais altos ideais, levaram seus seguidores a uma maior indiferença frente aos bens dêsse mundo. Essa constatação corresponde, aliás, aos esquemas populares de julgamento de ambas as religiões. Do lado protestante, essa concepção é usada para a crítica daqueles (verdadeiros ou supostos) ideais ascéticos do modo de viver católico, ao passo que os católicos a isso respondem com uma crítica ao "materialismo" resultante da secularização de todos os ideais pelo protestantismo. Um autor contemporâneo tentou equacionar a diferença das duas atitudes para com a vida econômica da seguinte maneira: "O católico é mais tranqüilo, tem menos impulso aquisitivo; prefere uma vida, a mais segura possível, mesmo que isto implique em uma renda menor, à uma vida arriscada e cheia de excitação, mesmo que essa torne possível a obtenção de honrarias e riquezas. Isso é comprovado de maneira irônica pelo provérbio "coma ou durma bem". No presente caso, o protestante prefere saciar-se, e o católico dormir sem ser perturbado".[14]

Com efeito, êsse "desejo de comer bem", pode ser considerado uma característica correta, embora incompleta, da

* No original, *Weltfremdheit.*

motivação de muitos protestantes de nome, *na Alemanha e na atualidade.*° No passado, entretanto, as coisas não foram apenas bem diferentes, mas para os puritanos inglêses, holandeses e norte-americanos, caracterizaram-se exatamente pelo contrário da "alegria de viver"°° e êsse traço era um dos mais importantes de seu caráter. E, mais do que isso, o protestantismo francês, entre outros, reteve durante muito tempo, e ainda retém, em certa medida, até o presente, o caráter adquirido pelas igrejas calvinistas de todos os países e, especialmente, as "sob a cruz", do tempo das guerras religiosas. Êsse caráter foi, entretanto — ou por isso mesmo, como iremos indagar mais adiante — reconhecidamente um dos fatôres mais importantes do desenvolvimento industrial e capitalístico da França, e assim continuou sendo na pequena escala permitida pela perseguição movida aos protestantes. Se se qualificar de alheamento do mundo essa seriedade e a forte preponderância de interêsses religiosos na maneira de viver, verifica-se que os calvinistas franceses eram, e ainda são, pelo menos tão alheios ao mundo como os católicos do norte da Alemanha, para os quais o catolicismo tem uma importância que a religião apenas costuma ter para poucos no mundo. Tanto uns como os outros diferem de uma maneira semelhante da tendência religiosa predominante em seus respectivos países. Os católicos franceses mostram-se em suas camadas inferiores, muito interessados nos prazeres da vida, e, nas mais altas, abertamente hostis à religião. Da mesma forma, os protestantes alemães são atualmente absorvidos pela vida econômica contemporânea, e, nas camadas superiores indiferentes, em sua maioria, às questões religiosas.[15] Dificilmente algo prova, tão claramente como essa comparação, que tais idéias vagas do (alegado) alheamento do mundo do Catolicismo e da materialística alegria de viver do protestantismo, e muitas outras do mesmo tipo, a nada levam por não se concretizarem em sua generalização, seja no passado, seja ainda no presente. Se se quiser, entretanto, trabalhar com elas, deverão ser acrescentadas, às já apresentadas, algumas observações que sugiram que o suposto conflito entre o alheamento do mundo, o ascetismo e a devoção eclesiástica, de um lado, e, a participação na vida industrial do

? ? e aí?

° Trecho grifado pelo Autor.
°° No original, *Weltfreude.*

capitalismo, do outro, possam vir a estruturar-se numa íntima relação de afinidade. (causalidade)

Começando por uma observação algo superficial, um fato que parece bastante sintomático é o da grande quantidade de representantes das formas mais espirituais da confissão cristã oriundos das classes comerciais. O pietismo, principalmente, deve a essa origem um grande número dos seus mais sérios adeptos. Êsse fato pode ser explicado como uma espécie de reação contra o "mamonismo" por parte de naturezas sensíveis, não ajustadas à vida comercial, e, como no processo de Francisco de Assis, muitos dos próprios pietistas assim interpretaram a sua conversão. Da mesma forma, pode-se interpretar o fato igualmente notável de muitos dos maiores empreendedores capitalistas — até Cecil Rhodes — terem surgido de famílias de clérigos, como uma reação à formação ascética que lhes fôra dispensada na juventude. Contudo, essa forma de explicação falha quando um extraordinário senso comercial e capitalístico se mistura, nas mesmas pessoas e grupos, com as formas mais intensas de uma religiosidade que penetra em todos os setores e domina tôdas as suas vidas. Tais casos não são isolados, mas sim característicos de muitas das mais importantes igrejas e seitas da história do protestantismo. Essa combinação é especialmente manifesta no calvinismo, qualquer que seja o país em que surgiu.[16] Apesar de pouco importante numèricamente na época de expansão do protestantismo, êle era ligado em qualquer país a uma determinada classe social (como o eram aliás os demais ramos do protestantismo), de uma maneira tão característica, e, de certa forma, "típica", que, por exemplo, nas igrejas dos huguenotes franceses, monges-industriais (comerciantes, artesãos) constituíam boa parte dos fiéis, especialmente na época das perseguições.[17] Até os espanhóis sabiam que a heresia (dos calvinistas da Holanda) "promove o comércio", e isso vem coincidir com as opiniões expressas por Sir William Petty, em sua discussão sôbre as razões do desenvolvimento capitalista nos Países Baixos. Gothein[18] corretamente qualifica a diáspora dos calvinistas como "essência da economia capitalista".[19] Mesmo assim, todavia, poder-se-ia considerar como fator decisivo a superioridade das culturas econômicas francesa e holandesa, que deram origem a essa diáspora, ou, quem sabe, à imensa influência do exílio na decomposição das relações

? Logo, a antecedência recorrer. via ao fator

A Ética Protestante e o ordem 9235

sociais tradicionais.[20] Na França, porém, a situação era — como sabemos pela luta de Colbert — a mesma até no século XVII. Mesmo a Áustria — para não falar de outros países — diretamente importava os comerciantes protestantes.

Nem todos os ramos do protestantismo, contudo, parecem ter tido forte influência nesse sentido. A do calvinismo foi, ao que parece, das mais fortes, inclusive na Alemanha, e a religião "reformada",[21] mais do que outras, parece ter promovido o desenvolvimento do espírito do capitalismo, no Wupperthal como em outras regiões. Muito mais do que o luteranismo, como bem o provam comparações, tanto genéricas como específicas, e como parecem prová-lo estudos feitos no Wupperthal.[22] Buckle e, entre outros poetas inglêses, Keats, acentuam essa mesma relação no caso da Escócia.[23] Ainda mais notável, pois apenas deve ser lembrada, é a relação entre uma filosofia religiosa da vida com o mais intenso desenvolvimento da mentalidade comercial, justamente no rol daquelas seitas cujo alheamento da vida se tornou tão proverbial quanto a sua riqueza, principalmente entre os quakers e os menonitas. O papel que os primeiros tiveram na Inglaterra e na América do Norte, coube aos segundos nos Países Baixos e na Alemanha. O fato de terem sido tolerados na Prússia Oriental por Frederico Guilherme I, como indispensáveis à indústria, apesar de sua absoluta recusa de prestar qualquer serviço militar, constitui apenas um dos muitos que ilustram o caso, mas, tendo-se em vista a personalidade dêsse monarca, não deixa de ser um dos mais significativos. Finalmente, que essa combinação de intensa religiosidade com um igualmente desenvolvido espírito mercantil tivesse sido também característico dos pietistas, já é fato bastante conhecido de todos.[24] Basta ter em mente a região do Reno e o Calw.*

É desnecessário acumular mais exemplos nessa exposição puramente introdutória, pois já êsses poucos servem para mostrar que o "espírito de trabalho", o "progresso", ou qualquer outro nome que lhe possa ser dado, e cujo despertar se esteja inclinado a atribuir ao protestantismo, não deve ser entendido, como alguns pretendem fazê-lo, como alegria de viver, ou ou em qualquer outro sentido ligado ao Iluminismo. O velho

* Distrito do Estado alemão de Baden-Württenberg, situado no vale do rio Nagold, ao norte da Floresta Negra.

protestantismo de Lutero, Calvino, Knox, Voët, quase nada tinha a ver com o que hoje denominamos progresso. Opunha-se êle de forma hostil a setores inteiros da vida contemporânea, que não são mais contestados atualmente nem pelos religiosos mais extremados. Se se quiser achar qualquer relação interna entre certas expressões do velho espírito protestante e a moderna cultura capitalística, deve-se tentar achá-los, em qualquer hipótese, não na sua alegria de viver, considerada mais ou menos materialística, ou pelo menos anti-ascética, mas nas suas características puramente religiosas. Montesquieu (*Esprit des Lois*, Livro XX, capítulo 7.º) diz dos inglêses que "êles foram os que mais progrediram de todos os povos do mundo em três coisas importantes: na religião, no comércio e na liberdade". Não será possível que sua superioridade comercial e a sua adaptação a instituições políticas liberais tenham algum ponto de contato com êsse grau de religiosidade que Montesquieu observou entre êles?

Grande número de relações possíveis, vagamente perceptíveis, ocorrem quado se coloca a pergunta nesse sentido. A nossa tarefa será agora a de formular, tão claramente quanto fôr possível, o que percebemos de maneira confusa, levando em consideração a inexaurível diversidade encontrável em todo material histórico. Mas, para chegar a isso, deve-se deixar de lado o âmbito dos conceitos vagos e gerais com os quais lidamos até agora, e tentar penetrar nas características peculiares e nas diferenças entre aquêles grandes mundos de pensamento religioso que existiram històricamente nos vários ramos do Cristianismo.

Antes de fazê-lo, entretanto, são necessárias algumas observações, primeiro sôbre as peculiaridades do fenômeno do qual estamos procurando uma explicação histórica, e depois, com relação ao sentido em que tal explanação é possível, dentro dos limites dessas investigações.